



Neamp

Memórias colectivas; o passado reconstruído, o presente (des)construído.

Bruno Carriço Reis*

O passado está cada vez mais presente na contemporaneidade. Assistimos a um crescimento significativo das invocações históricas e das representações memorialísticas na esfera pública. O quotidiano está repleto de rememorações; seja por intermédio de *best-sellers*¹, pelas páginas dos jornais, nas ficções televisivas e cinematográficas ou nas conversas de circunstância. Fontes privilegiadas para que os actores sociais possam reconstruir as suas lembranças, sendo a informalidade o traço discursivo dominante. Característica que vêm pautando a informação acerca dos acontecimentos históricos, em especial se atendermos a eventos temporalmente próximos (Carriço Reis, 2009).

Em que a memória colectiva, como a faculdade de partilha e transmissão de lembranças capazes da construção de um imaginário comum, ocupa uma posição proeminente no que concerne a construção social do passado, importando por isso reflectir que mecanismos a constroem. A nossa aproximação, em jeito de preâmbulo a esta edição dedicada ao tema da memória colectiva/social, postula as distintas vias de inscrição de determinadas recordações/esquecimentos no debate público. Os artigos deste número exploram desde distintas vertentes a importância da temática analisada no debate académico.

Por um lado atendem as reflexões de ordem meta-analíticas, que postulam os recentes contributos da História, Filosofia, Psicologia e da Sociologia para este campo de estudo. Por outro lado, os autores debruçam-se acerca do funcionamento da própria práxis memorialística; tomando em linha de conta a função do jornalismo como correia de transmissão dos acontecimentos históricos e analisando em concreto o papel da televisão e das plataformas digitais como casos de estudo. Assim como merecem reflexões detalhadas as funções

* Coordenador dos cursos de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Cabo Verde, docente de Ciência Política e Sociologia. Membro do Núcleo de estudos em Arte, Mídia e Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹ Basta para efeito constatar nas listas dos livros mais vendidos actualmente no Brasil como as publicações de recorte histórico assumem uma presença destacada. Para efeito consultamos a compilação efectuada pela Revista *Veja*, datada de 31 Dezembro de 2010, que reúne as vendas de importantes livrarias espalhadas por todo o país; http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos/ [consultado no dia 1 de janeiro de 2010]



Neamp

socializadoras da escola, família e património nos seus papéis privilegiados de enunciadores de passado, na medida em que são as lembranças comuns que nos permitem pensar como grupo, colectivo, comunidade e/ou sociedade.

È na realidade compartilhada, reconstruída no presente entre sujeitos com vínculos, trajectos biográficos, imagens e interpretações concretas dos acontecimentos históricos, que construímos laços e boa parte das nossas sociabilidades. Essa dimensão social da memória advém do facto que «as nossas recordações continuam sendo colectivas, e são os demais quem nos recordam, pese de que se tratem de feitos em que estivemos implicados sozinhos e objetos que vimos sozinhos. Isto deve-se a que na realidade nunca estamos sozinhos» (Halbwachs, 2004: 26).

Este passado, reiteradamente significado, opera como uma “força memorial” (Wieviorka, 2010) em que a partilha de narrativas e as releituras de acontecimentos sugerem uma pressão social sobre o papel da História. Em particular desde o desvelar das “memórias subterrâneas” (Pollack, 1989); essas interpretações minoritárias ou suprimidas do discurso público, subalternas às visões mais consensuais, normalizadas e oficiais da construção do passado. Esta evidencia sócio histórica teve a sua expansão no período posterior as guerras mundiais, na amplificação mass-mediada dos relatos, o que fez emergir a “era do testemunho” (Wieviorka, 1998).

A necessidade de inscrever essas experiências traumáticas, até então tidas como memórias ignoradas, incrementou o debate nas ciências sociais acerca da relação entre memória colectiva e História. Desde o momento em que os relatos testemunhais interpelaram a elaboração historiográfica e o relato oral, longe da obsessão documental da História mais canônica, abriu-se caminho à auscultação de fontes vivas o que desemboca numa “nova história”. A historiográfica recapitou o seu procedimento analítico no que instituía como passado, e, por conseguinte, redesenhou a fronteira donde temporalmente reconhecia o facto como histórico.

Em particular porque a aceleração com que decorreram as mudanças político-sociais deste último século alterou substancialmente a noção de tempo e impulsionou a necessidade de uma



Neamp

explicação próxima a esses fenômenos, que pela sua relevância se constituíram rapidamente como marcos históricos. O que impeliu analiticamente a uma “história do presente”, um relato dos factos imbricados directamente na memória dos actores sociais.

A realidade histórica passou a examinar-se desde outros padrões analíticos, onde o passado deixou de conceber-se como um tempo longínquo, derivando num processo presente, dinâmico e que atende as subjectividades dos actores. As nossas lembranças estão condicionadas pela experiência directa (**memórias vividas**) ou indirecta (**memórias mediadas**) com o passado e determinam o sentido das nossas representações históricas. Identificamos para o efeito três vias privilegiadas para nos ajudarem a reconstruir os acontecimentos passados (Carriço Reis, 2009):

- 1) por intermédio do discurso histórico desde três perspectivas interpretativas diferenciadas; **a)** nas elaborações oficialistas (reproduzidas pelos discursos dominantes), **b)** pelas interpretações críticas dos acontecimentos (que questionam as visões consensuais) e **c)** nas teses revisionistas (que fazem releituras com a finalidade de manipularem politicamente os factos históricos).
- 2) nas interpretações dos meios de comunicação, como fabricantes de um discurso que penetra na opinião pública e que estabelece as narrações jornalísticas como interpretações legítimas dos acontecimentos históricos.
- 3) pela ficção e pelo relevante papel que desempenha na mediatização da História, que conta por intermédio de histórias. De um modo recorrente nos últimos anos os feitos históricos edificam-se recorrendo aos relatos plurais da memória que obtém um tratamento preferencialmente lúdico/ficcional.

Mas os relatos comunicativos (informativos e em particular os ficcionais) cobram protagonismo em detrimento da narração histórica, porque constroem visões mais simplificadas que os públicos acolhem com preferência. Estas **memórias mediáticas** elaboram distintas representações da História que podem ter distintas interpretações dos feitos, dando azo às **memórias mediatizadas**.



Neamp

Esta expansão invocativa do passado no debate público, potenciada pelo importante papel dos meios de comunicação como agentes de socialização, constitui-se como a principal via de aprendizagem da História e a fonte de conhecimento mais significativa para a maioria da população (Kitch, 2008). O que confere aos *media* a capacidade de gerar uma “historicidade mediática” (Thompson, 1998), como órgãos de historização e contribuindo activamente para a formação da memória social. Os jornalistas como comunidade interpretativa constroem significados, isto é, formulações históricas. Relegam para o efeito os historiadores para um papel secundário na elaboração do relato histórico, por serem agentes de informação mais distanciados do grande público. Esse fenómeno deve-se em parte a complexidade da explicação histórica em contraste com o discurso emocional que os *media* veiculam sobre o passado (Zelizer, 2008). Mas são os registos ficcionais, pela ampla penetração que conseguem nos distintos públicos, que inscrevem determinados passados na memória colectiva. A ficção histórica assume uma relevante função na reconstrução dos acontecimentos históricos, «para alguns, a única memória viva do Watergate foi o filme sobre o acontecimento» (Lang e Lang, 1989: 130).

Esta aparente democratização do passado não pode passar incólume à observação que a própria memória atende a um processo de elaboração selectivo (Pollack, 1992), e os discursos comunicativos não estão imunes a considerações e críticas quanto à forma como reconstróem a História. Autores como Dayan e Katz (1999) e Edgerton (2003) apontam que o tratamento jornalístico, na necessidade da conquista de audiências, produz uma “História de *bricolage*”; simplificando feitos e personagens históricas e adaptando os relatos aos discursos actuais, “presentificando” assim o passado e destituindo-o de forma frequente das suas referências contextuais. Em parte porque o relato dos *media* está fortemente condicionado por três factores de ordem neo-institucional para a elaboração do discurso informativo/ficcional do passado (Sampedro, 2000):

a) pela relação que as emissoras estabelecem com o mercado e o sistema político; **b)** pela cultura política da audiência que por sua vez é influenciada pelas **c)** tradições e convenções sobre os formatos dos programas e o *rol* dos profissionais dos meios.



Neamp

Enunciados estes que nos alertam para a memória colectiva como um processo intrincado e de constante interacção entre distintos agentes memorialísticos, do qual discorrem duas observações genéricas fundamentais (Barbero, 2001); uma assimetria percebida no que concerne ao papel e autonomia de cada um dos potenciais interlocutores (políticos, jornalistas, públicos) para produzirem enunciados explicativos dos acontecimentos do passado na esfera pública. Em que a tónica dominante é um processo que atende a uma sintonia interpretativa entre a retórica política e a informação jornalística, que tendem ao consenso. Já que os sistemas mediáticos respondem cada vez mais a “espaços de informação” institucionais e não de “participação comunicativa” (Luhmann, 2000).

Deriva desta primeira observação um segundo aspecto, a “naturalização” das próprias interpretações do passado. Devido à consonância que os discursos oficiais estabelecem entre a versão reconstruída e os valores/normas vigentes, tentando cristalizar uma significação na esfera pública de uma homogênea identidade colectiva. Desta forma o discurso dominante tende a diluir ou anular as visões críticas ou divergentes (antinaturais) do passado representado, leituras que em última estância serão estigmatizadas por serem consideradas desestabilizadoras de consenso (previamente induzido), tentando evitar que possam produzir fracturas no *status quo* (Carriço Reis, 2009).

Pese que o debate na esfera pública sobre o passado esteja maniatado pelas contingencias que acabamos de assinalar, teremos de perceber como a implosão discursiva e a perda da importância dos grandes relatos lançam novos desafios ao estudo da memória colectiva. O conceito de “sociedade em rede” (Castells, 2001) parece estar a propor fissuras nas leituras normativas e oficialistas do passado, já que a esfera digital potencia espaços de discussão pública que fogem ao controle institucional.

Denota-se uma “mudança histórica no rumo dos objetivos e modalidades da socialização, actualmente debaixo da tónica de dispositivos abertos e plurais (Lipovetsky, 2007: 9). Rasgos que em grande medida, reflectem e potenciam as novas tecnologias de informação e comunicação que «permitem frequentemente um trabalho e uma acção em permanente (re)descoberta de algo sempre mais fluido» (Fernandes, 1999: 38). O passado não está incólume a esta tendência de ressignificação permanente, o que alterou a noção de



Neamp

exclusividade das versões oficiais da história como portadoras dos relatos fidedignos dos acontecimentos ocorridos (em particular daqueles que atravessam as memórias vividas).

O passado parece por isso estar em permanente disputa, onde se questionam cada vez mais as versões que pareciam assentadas na memória colectiva, quer dos acontecimentos, quer dos sujeitos históricos representados. Em particular pela dúvida da veracidade dos factos, já que o passado está atravessado por constantes disputas ideológicas e políticas. Pese que existem sempre limites para a sua manipulação e recreação, pois todo o discurso acerca do passado tem um referente real: os acontecimentos ou testemunhos históricos (Schwartz, 1982). Mas o que importa realmente tentar perceber, e esse é um dos grandes desafios dos estudos da memória colectiva, é em que sentido as reconstruções dos acontecimentos históricos tendem a ser mais um produto do presente do que do próprio passado.

Bibliografia

Barbero, J. (2001) “Medios: Olvidos y desmemorias”. *Revista Etcétera*, Abril [Consultado online no dia 10 de Julho de 2006] <http://www.etcetera.com.mx/pag54ne6.asp>

Carriço Reis, B. (2009) De la dictadura a la democracia; recuerdos y olvidos de la transición política española. Medios de comunicación y reconstrucción de la(s) memoria(s) colectiva(s) en España. Dissertação de doutoramento não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil) e Universidad Rey Juan Carlos de Madrid (Espanha).

Castells, M. (2001) *La galaxia internet*. Barcelona: Plaza & Janés Editores.

Dayan, D. e Katz, E. (1999) *A História em directo. Os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva.

Edgerton, G. (2003) “Television as Historian. A Different Kind of History Altogether” em Edgerton, G. e Rollins, P. (Eds.) *Television Histories: Shaping Collective Memory in the Media Age*. Kentucky: University Press of Kentucky, pp. 1-18.

Fernandes, A. (1999) *Para uma Sociologia da Cultura*. Porto: Campos das Letras.

Halbwachs, M. (2004) *La memoria colectiva*. Zaragoza: Prensa Universitarias de Zaragoza.

Kitch, C. (2008) “Placing journalism inside memory and memory studies”, *Memory Studies*, 1(3), pp. 311-320.



Neamp

Lang, K. e Lang, G. (1989) “Collective memory and the news”, *Communication*, 11, pp. 123-139.

Lipovetsky, G. (2007) *La era del vacío*. Barcelona: Anagrama.

Luhmann, N. (2000) *La realidad de los medios de masas*. Barcelona: Anthropos.

Pollack, M. (1992) “Memória e Identidade Social”, *Estudos Históricos*, 10 (5), pp. 200-212.

Sampedro, V. (2000) *Opinión pública y democracia deliberativa. Medios, sondeos y urnas*. Madrid: Istmo.

Schwartz, B. (1982) “The social context of commemoration: A Study in collective memory”, *Social Forces*, 61 (2), pp. 374-402 [Consultado online no dia 15 de Abril de 2006] <http://www.sfu.ca/medialab/archive/2007/487/Resources/Readings/schwartz1982.pdf>

Thompson, J. (1998) *Los media y la modernidad. Una teoría de los medios de comunicación*. Barcelona: Paidós.

Wieviorka, A. (1998) *L'ère du témoin*. Paris: Hachette

Wieviorka, M. (2010) *Nove lições de Sociologia. Como abordar um mundo em mudança?* Lisboa: Teorema.

Zelizer, B. (2008) “Why memory`s work on journalism does not reflect journalism`s work on memory”, *Memory Studies*, 1 (1), pp. 79-87..